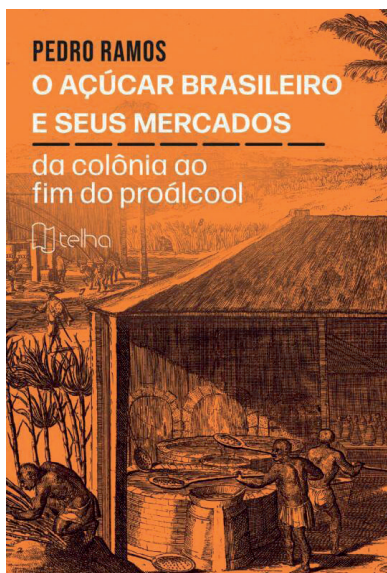




Pedro RAMOS, *O Açúcar Brasileiro e Seus Mercados: da Colônia ao fim do Proálcool*. Rio de Janeiro, Telha, 2022, 201 páginas.

O Açúcar Brasileiro e seus mercados, pode ser considerada uma síntese da longa jornada de pesquisa de Pedro Ramos sobre a agroindústria canavieira: são 51 tabelas construídas a partir de fontes documentais preciosas, principalmente as publicações e documentos do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e compõem uma radiografia em várias faces da longa história da mercadoria(1532 e 1990): origem e destino da produção nacional e mundial dos açúcares de cana e de beterraba; evolução do consumo mundial do açúcar; evolução mundial dos custos de produção; movimentos dos preços internos e externos etc. Nesta história, a partir dos

números, a narrativa traduz as ações e reações articuladas dos grupos de interesses envolvidos nos negócios do açúcar: produtores, comerciantes, financistas, governos e órgãos internacionais. Ademais, o açúcar é peculiar, conforme registra Ramos: ainda que um gênero do comércio colonial, é um produto processado, diferente do café, tabaco, algodão; requeria e requer desde os áureos tempos “Uma Machina e Fábrica incrível” (Cardim, 1980). Isso explica os desafios para a modernização da produção no Brasil, bem como as dificuldades enfrentadas quando se intenta separar as fases agrícola e industrial do processo de produção ainda no Império, consolidando o

formato que permanece até hoje: as usinas processadoras que reúnem cultivo e processamento da cana para produção de açúcar e álcool.

Assim, o livro constitui fonte de consulta indispensável, de modo que escrever a história a partir do açúcar foi estratégico, afinal, desvendar os fetiches desta mercadoria, seus mitos e desconstruir crenças, permite evidenciar as tensões sociais e políticas, as relações de produção, consumo, comercialização e distribuição que envolvem a colocação deste produto mundo afora.

A obra está dividida em três capítulos além da introdução e das conclusões. O capítulo 1 cobre o longo período desde a era colonial até a crise dos anos 1930. Ramos ressen-te-se de que esse recorte seja passível de crítica, afinal muita coisa mudou desde a Emancipação e a Independência no primeiro quartel do século XIX, a abolição da escravatura e Proclamação da República no último quartel do mesmo século, o que não é pouco, haja vista que todos os eventos relativos a produção, exportação, geração e distribuição da renda, se internalizaram, mas me parece pertinente: trata-se de um longo período em que a economia esteve “voltada para fora”; ou seja seu “centro dinâmico” (Furtado, 1982) era representado pelos mercados consumidores externos, os quais determinavam demanda e sujeitavam o movimento de preços. A partir da quebra do monopólio português, Ramos demonstra que a perda de competitividade para países

produtores mais eficientes (Jamaica e EUA); o desenvolvimento da produção de açúcar de beterraba na Europa; bem como maior custo dos transportes foram as principais razões para o declínio das exportações brasileiras e entrada de um leque ampliado de países produtores nesse mercado. Os dados revelam, entretanto, que o aumento desmedido da produção mundial, superou a demanda e já em meados do século XIX, intenta-se na Europa, as primeiras convenções para fechamento de acordo de comércio exterior (Paris, 1864; Bruxelas, 1902), acordos esses que privilegiavam os países centrais e marginalizavam as ex-colônias.

Assim, a sobrevivência da economia açucareira no Brasil passa a depender do mercado interno, principalmente da região sudeste impulsionado, primeiramente pela economia mineira ainda no período colonial, e, já no Império e na República, pelo complexo exportador cafeeiro, centro dinâmico da economia brasileira, até que a crise de 1929 abalou os alicerces da velha divisão internacional do trabalho, concertada nas regras do padrão-ouro.

O capítulo 2, que cobre o período entre 1930 e 1960, dedica-se à análise das ações enfrentamento dos sucessivos eventos que abalam o comércio mundial e inaugura um período de forte regulação do mercado: a crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial e a conjuntura da Guerra Fria. A iniciativa pioneira

coube a Cuba e resultou no Acordo Internacional do Açúcar de 1937, ao qual seguiram-se novas tentativas (1953, 1958) visando promover a expansão do consumo e estabelecer “quotas de produção”. Já em 1934, porém, constituía-se o primeiro mercado preferencial com a edição do *Sugar Act* (EUA), ao qual se seguiriam outros dois: o de 1948, liderado pela União Soviética e o da Comunidade Britânica de 1951. Fato é que os mercados preferenciais passaram a dominar a cena do comércio mundial, havendo pouco espaço para os países periféricos, aos quais restava o reduzido “mercado livre”.

É o que explica os esforços institucionais do governo brasileiro para enfrentar o turbulento mercado exportador, controlar o mercado interno e administrar os excedentes, dado o “caráter estrutural dos excessos de produção”. Tais compromissos assumidos pelo IAA, criado em 1933, consistiram de três estratégias: estimular a produção do álcool carburante (adicionado à gasolina) como subproduto da cana de açúcar; disciplinar a produção de açúcar através do sistema de quotas; e controlar todos os preços relativos ao setor sucroalcooleiro.

Quanto às exportações brasileiras, Ramos infere que, além de irregulares e sujeitas às intempéries nos países concorrentes, apresentaram “preços gravosos” na maior parte do período, o que levou o IAA a criar a Divisão de Exportação (1961), visando não somente a conquista do mercado

preferencial estadunidense (abalado pela revolução cubana), como a expectativa alvissareira criada pelos organismos internacionais que projetavam um aumento do consumo mundial, acima da capacidade produtiva vigente; questões que o autor aprofunda no capítulo seguinte.

O 3º terceiro capítulo dedica-se ao período 1960-90, especialmente à análise da recuperação do Brasil no mercado mundial de açúcar, à trajetória do Proálcool e ao fim da intervenção estatal. Ramos demonstra que, contrariando as expectativas o consumo no período 1960-90 não excedeu a produção, porém, sucedeu-se um movimento especulativo que contribuiu para aumentar os preços, arrefecer o consumo e ampliar a produção e entrada de países competidores no mercado; contribuiu ainda para que se intensificassem o desenvolvimento de substitutos, como os adoçantes, com destaque para os derivados do milho nos EUA.

Ademais, havia ainda o mercado interno que crescia com a industrialização e urbanização aceleradas (1950-70). Nesse mercado competiam os açúcares provenientes de engenhos (bruto ou mascavo) e usinas (clarificados e/ou centrifugados, demerara e cristal). Em 1965 ainda existiam 18.148 engenhos, que foram sendo deslocados, à medida em que a urbanização e elevação do nível de renda da população, ampliavam a preferência pelos açúcares clarificados das usinas.

De acordo com Ramos, os anos 1970 são marcados por grandes rearranjos institucionais: extinção do *Sugar Act* pelos EUA, entrada da Comunidade Britânica na Comunidade Econômica Européia e fechamento do acordo com a África, Caribe e Pacífico – CEE-ACP, desdobramento da negociação de 1967 que incluiu o açúcar na regulamentação da Política Agrícola Comum da União. Esse quadro corroborou para que, na década de 1980, a CEE, até então importadora, passasse à condição de segunda maior exportadora de açúcar centrifugado e se negasse a aceitar o regime de quotas, tornando inócuas as tentativas de estabilização pelo lado do mercado livre.

Na década de 1970 o IAA sofreu forte reformulação para se adequar às funções que lhe foram atribuídas com a criação do Proálcool (1975), tendo sido quase extinto em 1985. Fato é que a conjuntura dos choques do petróleo (1973 e 1979) tornou o Programa prioridade absoluta do governo federal e a promessa do álcool carburante, seja o anidro para mistura com a gasolina, seja o hidratado – grande aposta das montadoras brasileiras que passaram a produzir veículos movidos exclusivamente à álcool. O setor metalomecânico também sofreu grande impulso com a produção das destilarias (anexas e autônomas).

Foi um período de grande euforia como destaca o autor, mas teve vida curta: a crise dos 1980, marcada pelo segundo choque do petróleo e pela alta

dos juros internacionais, colapsaram o modelo de financiamento do desenvolvimento com poupança externa; a dívida externa brasileira e a inflação descontroladas levaram por terra os programas públicos federais, numa conjuntura internacional em que as posições antiintervencionistas e as políticas neoliberais ganhavam força. Ramos destaca, entretanto que o fator marcante para a desagregação definitiva do Proálcool foi a crise de desabastecimento: faltou álcool para abastecimento da frota, situação previsível em se considerando a capacidade produtiva das usinas/destilarias. A alternativa, segundo o autor, seria “o direcionamento da grande maioria da cana moída para produzir tal álcool, comprometendo não apenas a mistura anidro-gasolina, mas, possivelmente, o abastecimento interno de açúcar” (p. 163); o que seria um sacrilégio. Aliás, conforme assegura o autor: o açúcar “nunca faltou à mesa dos brasileiros”, conforme compromisso assumido pelo IAA; mesmo com a extinção do órgão em 1990 e a transferência do controle das vendas à iniciativa privada, o compromisso com o abastecimento interno estava selado pelo Decreto N. 98.054 de 15 de agosto de 1989.

Os anos 1990 marcam a volta do Brasil ao mercado mundial e a consolidação do álcool motor (anidro e hidratado) como subprodutos da agroindústria canavieira, mas essa é outra fase da história que, espera-se, o autor possa nos oferecer brevemente.

A guisa de conclusão, Ramos

reafirma as principais constatações que fazem deste livro uma obra rica em detalhes, dados e análises minuciosas, cuja leitura não dispensa as notas complementares que tornam o texto ainda mais denso e as análises mais sólidas. A hipótese central que permeou toda a obra foi a inviável conformação de um mercado livre mundial de açúcar e a posição subordinada dos países periféricos, até o final do século XX. Por um lado, em virtude da natureza do produto que se tornou um alimento energético de consumo universal, cuja complexa produção, envolve interesses diversos e gera uma infinidade de ocupações e empregos. Por outro lado, em virtude da larga expansão da produção e da grande competição entre os países produtores e a destacada política agressiva representada pelos “países desenvolvidos” na formação dos

mercados preferenciais. Ou seja, “um caso exemplar das relações entre Estado e Mercado, entre as relações da realidade econômica com os determinantes sócio-políticos” (p. 183).

Eliana Tadeu Terci

Professora Doutora

Departamento de Economia, Administração e

Sociologia

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Quei-

roz” / Universidade de São Paulo

email@usp.br

REFERÊNCIAS

- CARDIM, F. (1980). *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. EDUSP.
- FURTADO, C. (1982). *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional.

